

MODOS RIZOMÁTICOS DE SUBJETIVAÇÃO ADOLESCENTE E AS TENSÕES COM A PRODUÇÃO DE UMA ADOLESCÊNCIA UNIVERSAL

FERNANDA IRIGOIN DA SILVA¹; RITA HEES GARRÉ²; JOSÉ RICARDO KREUTZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – fernandairigoin@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ritagarre963@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – jrkreutz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A ideia de adolescência, frequentemente apresentada como uma etapa natural e universal da “vida humana”, delimitada por critérios biológicos, legais ou do desenvolvimento, se apresenta como uma construção histórica, social e cultural. Longe de constituir uma experiência homogênea, ela é atravessada por múltiplas forças que a configuram de maneiras diversas em diferentes tempos e contextos. O que parece dado, portanto, precisa ser problematizado: não se trata de uma fase única e estável, mas de um território marcado por disputas de significados e práticas sociais que buscam enquadrar, normatizar e regular a juventude (OLIVEIRA; EGRY, 1997; COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Nesse sentido, torna-se fundamental articular a discussão sobre adolescência à noção de subjetividade. Tradicionalmente compreendida como esfera íntima e individual, a subjetividade pode ser repensada, à luz da filosofia da diferença, como processo em constante devir, rizomático, que se produz em atravessamentos e agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Tal deslocamento teórico abre espaço para compreender a experiência juvenil como campo de experimentação, constituído em meio a forças sociais, políticas, econômicas e culturais. A investigação teórico-conceitual realizada neste trabalho, desencadeará na possibilidade de continuar a discussão sobre o tema através do projeto “Cartografias Menores: Estudos sobre as Existências Mínimas”, este sendo associado ao grupo de pesquisa TELURICA (Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autorais). É nesse ponto que emergem as três perguntas que constituem esta pesquisa: o que se quer dizer quando se fala em subjetividade? De que forma é construída a distinção entre a subjetividade dita adolescente, em relação a outras subjetividades, infantis e adultas? Que forças e movimentos atravessam os corpos jovens para constituir essa ideia universalizada?

2. METODOLOGIA

Quando entendida como uma fase universal e tipificada, a adolescência tende a ser reduzida a um percurso linear e previsível. No entanto, essa visão ignora a pluralidade de experiências e as forças que atravessam esse período. Em vez de uma etapa homogênea, a juventude é, aqui, encarada como um

campo de tensões onde múltiplos discursos e práticas tentam fixar identidades, ao mesmo tempo que emergem resistências, invenções e modos singulares de existir. Para navegar por essa complexidade, a cartografia surge como um método importante. Diferente de abordagens que buscam representar a realidade de forma estática, ela nos permite seguir os fluxos e as linhas que compõem a juventude, capturando as experiências e invenções que escapam às tentativas de normatização. Para Rolnik (1989), cartografar é escrever junto à vida, registrando os afetos do presente e dando forma às forças que atravessam o corpo social. Essa perspectiva se propõe a evidenciar a pluralidade dos atravessamentos, os diversos caminhos e territórios que se desenham na juventude, reconhecendo-a como um espaço múltiplo e aberto ao devir. A prática de cartografar não busca encaixar a juventude em moldes fixos, mas escrever junto a ela, acompanhando os processos de subjetivação em sua complexidade e movimento. Nesse sentido, é também uma prática de intervenção: ao mapear os fluxos de subjetivação, ela revela as relações de poder que atravessam a adolescência e, ao mesmo tempo, cria espaços de invenção e resistência frente ao pensamento hegemônico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até agora temos alguns indícios teóricos preliminares do nosso estudo que indicam que, quando falamos em subjetividade, é comum se perguntar: de onde ela vem, e como se produz? A concepção moderna de subjetividade, influenciada pela ideologia burguesa, a define como uma instância privada e individual, quase incomunicável. Tal lógica privatizada não é natural: nasce no período de transição entre o Renascimento e a Idade moderna, atravessada pela ideologia da propriedade privada, abraçada pelo capitalismo emergente (FIGUEIREDO e SANTI, 1997). Como linha de fuga, a filosofia da diferença, utilizando o conceito de rizoma, como proposto por Deleuze e Guattari (1995), que se dá como uma nova maneira de organização, rompendo com o modelo arborescente de Descartes. O rizoma é um modelo de crescimento polimorfo e de multiplicidades, sem ponto de partida ou de chegada, sustentado por agenciamentos. Dessa forma, a subjetividade rizomática se afasta dos processos de individuação e identificação para focar em singularização, diferença e experimentação, conceituando que subjetivar-se não seria o ato de fixar-se em identidades predeterminadas, mas singularizar-se e diferenciar-se em meio aos encontros e atravessamentos. Fonseca (2015) afirma que a subjetividade passa a ser entendida como um processo em constante devir, expandindo-se a partir de encontros transversais. Ela se torna um "conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial" (GUATTARI, 1993, p. 19).

Para compreender a especificidade desse processo na adolescência, é necessário adentrar o conceito como entendido pelo saber hegemônico. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), refere-se à adolescência como a faixa etária dos 12 aos 18 anos, reconhecendo o jovem

como titular de direitos e sujeito em desenvolvimento físico, psíquico e social. Entretanto, houve períodos em que essa fase da vida não possuía delimitação legal ou simbólica clara. Oliveira e Egrý (1997) destacam que “as crianças eram vistas como adultos em miniatura”, crescendo e incorporando-se progressivamente ao mundo adulto. Há uma transição breve, uma ponte objetiva entre ser pequeno e ser grande, entre estar sob tutela e assumir a vida produtiva.

Com a Revolução Industrial e a reorganização das estruturas sociais e econômicas, emergiu uma nova configuração do “ser” adolescente. O conceito de adolescência, segundo Oliveira e Egrý (1997), se consolida como um produto da industrialização, acompanhando o cerceamento e proteção decorrentes da infância – um “dispositivo” burguês sustentado por sistemas escolares obrigatórios e políticas de cuidado. Nesse contexto, a atenção prolongada à fase da “adolescência” torna-se um espaço-tempo eficaz para moldar corpos e mentes aptos ao trabalho disciplinado, à ordem e à cidadania regulada. Assim, estabelece-se um adolescente “típico”, linearmente projetado para a autonomia, uma identidade padronizada alinhada às estratégias de controle social de uma adultez “disciplinada”. A adolescência, “inventada” pelo Ocidente, caracteriza-se, então, por sua longa duração, pela indefinição e pela assincronia entre maturação biológica e reconhecimento social do status adulto (OLIVEIRA; EGRY, 1997). Essa indeterminação revela-se como um campo de disputas discursivas, no qual se tensionam concepções médicas, pedagógicas, jurídicas e culturais sobre os sentidos e os limites dessa fase: por um lado, o modelo desenvolvimentista a apresenta como etapa universal do ciclo da vida, enquanto a lógica neoliberal a redesenha como espaço de empreendimento individual. O jovem é responsabilizado pela maneira como atravessa essa fase, cabendo a ele gerir seu corpo, emoções e projetos, avaliando-se continuamente em termos de produtividade, resiliência e capacidade de adaptação às exigências de um mundo adulto (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005).

Se outrora a transição juvenil foi orientada para a obediência às regras do desempenho, hoje a cobrança assume novos contornos, potencializados pelo âmbito digital. Este, ao impor uma nova cultura, produz transformações na forma de viver, alterando a noção de tempo e espaço, os modos de relação com o outro e os laços sociais (SCHALY, 2023). Tal captura atravessa os modos de ser adolescente, que se intensificam pela própria racionalidade capitalista, sustentada pela lógica dos algoritmos que orientam comportamentos e preferências de consumo. Ao mesmo tempo, a adolescência continua inscrita em um jogo de forças com o mundo adulto, onde o universo adolescente é continuamente elaborado “pelos adultos que detém o poder necessário para construir o mundo e os recursos econômicos para fazê-lo” e a conformidade ao padrão adulto como marcador simbólico de passagem para a maturidade (OLIVEIRA; EGRY, 1997). Assim, ao se aceitar a construção de uma “identidade adolescente” como etapa necessária e universal, reafirma-se uma lógica homogeneizante que cerceia a multiplicidade e a diferença, confinando a experiência juvenil a um molde pré-definido de comportamento e desenvolvimento.

4. CONCLUSÕES

Em suma, a adolescência se revela como uma construção realizada por forças homogeneizantes. O desafio contemporâneo, intensificado pela cultura digital e pela lógica neoliberal, está em resistir à imposição de identidades padronizadas. É necessário, portanto, abrir espaço para que a experiência juvenil seja um território de singularização, ao invés de identificação. Dessa maneira, surge a intervenção que potencializa essa quebra de paradigma: substituir os termos adolescente e adolescência por jovens e juventude. Essa substituição cria condição de continuarmos analisando os jovens sob a ótica de intensidades, focando nas forças que os atravessam e compõem. Por último, subverter a noção padronizada de adolescência é um ato político de extrema importância na luta contra a individualização e internalização das questões sociais do mundo contemporâneo (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2005). Ao se apostar no uso do termo juventude, não se faz apenas uma substituição gramatical, também se aposta nas multiplicidades e diferenças dos devires.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 de agosto de 2025.
- COIMBRA, C. C.; BOCCO, F; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FIGUEIREDO, L. C. M; SANTI, P. L. R. **Psicologia: Uma (nova) introdução**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1997.
- FONSECA, T. M. G. **Subjetivação na Perspectiva da Diferença: Heterogênes e Devir**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55805>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- OLIVEIRA, M. A. C.; EGRY, E. Y. **A adolescência como um constructo social**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 7, n. 2, 1997.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2014.
- SCHALY, W. S. M. **Cultura digital produzindo uma nova cultura adolescente: a subjetividade e a construção social da adolescência sob a lógica do capital**. APC em Revista, Curitiba, n. 38, p. 61-90, 2023.